Portaria n.º 9:399

Em harmonia com o disposto no artigo 25.º do decreto n.º 30:117, de 8 de Dezembro de 1939: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, que para a liquidação, lançamento e cobrança do imposto de defesa se observe em todas as colónias o seguinte:

1.º Para efeito do disposto nos artigos 21.º a 24.º do decreto n.º 30:117, de 8 de Dezembro de 1939, os contribuintes sujeitos ao imposto de defesa deverão apresentar nas respectivas repartições e delegações de Fazenda, durante o mês de Janeiro de cada ano, a começar em 1940, uma declaração exacta dos vencimentos recebidos e do rendimento obtido no ano anterior àquele a que a colecta respeitar.

§ 1.º As declarações apresentadas serão enviadas no primeiro dia útil de Fevereiro por aquelas repartições e delegações à comissão competente das mencionadas no n.º 4.º

§ 2.º Nas colónias de Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe a apresentação das declarações far-se-á, somente em 1940, até ao dia 28 de Fevereiro e a sua remessa à comissão competente far-se-á sempre pelo primeiro transporte que houver a contar do último dia do prazo para a apresentação.

2.º A declaração a que se refere o número anterior, devidamente assinada pelo contribuinte ou seu representante, será sempre documentada:

a) Em relação aos funcionários, com certidão dos vencimentos recebidos no ano a que a colecta respeitar, requerida pelos interessados à repartição competente e por esta logo passada gratuitamente;

b) Em relação aos outros contribuintes, com cópias autênticas, também assinadas por eles ou seus representantes, das contas Inventário, Balanço, Ganhos e perdas e Despesas gerais do mesmo ano, além de quaisquer outros documentos que venham a ser exigidos pela comissão respectiva das referidas no n.º 4.º

3.º Na falta da declaração a que se referem os dois números antecedentes os rendimentos serão fixados pela comissão competente das indicadas no n.º 4.º

§ único. A fixação será feita nos termos deste número quando a falta da declaração provenha da ausência de funcionários que da colónia tenham saído, mas que estejam abrangidos pela colecta que fôr devida.

4.º As declarações serão apreciadas por uma comissão constituída:

a) Em cada província das colónias de Angola e Moçambique pelo secretário de Fazenda da sede da província, que será o presidente, pelo chefe da delegação da Junta de Exportação e por um comerciante nomeado pelo governador geral;

b) Nas outras colónias pelo secretário de Fazenda da sede da colónia, que será o presidente, e por um funcionário dos serviços de administração civil e um comerciante nomeados pelo governador da colónia.

5.º As comissões a que se refere o n.º 4.º, tomando em consideração as declarações e documentos mencionados nos n.ºs 1.º e 2.º e recorrendo a todas as informações que puderem obter e àquelas de que os seus membros tiverem pessoalmente conhecimento, fixarão, durante o mês de Fevereiro, o rendimento que julgarem dever ser colectado.

§ único. Nas colónias de Cabo Verde e de S. Tomé e Príncipe a fixação dos rendimentos far-se-á durante os trinta dias que se seguirem ao da chegada de todas as declarações a que se refere o § 2.º do n.º 1.º

6.º Da fixação feita pelas comissões nos termos dos dois números antecedentes poderão os interessados, dentro do prazo de trinta dias, reclamar para a mesma

comissão, que funcionará para esse efeito como tribunal do contencioso de 1.ª instância.

§ 1.º Para efeito do disposto neste número, a fixação dos rendimentos deve estar patente, durante o referido prazo, na repartição de Fazenda da sede da colónia ou da província, para consulta dos interessados, e será comunicada aos funcionários a que se refere o § único do n.º 3.º, na parte que a cada um interessar, por intermédio da estação oficial da metrópole ou das colónias onde estiverem apresentados.

§ 2.º Para os funcionários a que se refere o § 1.º deste número o prazo de trinta dias começa no dia em que a estação oficial mencionada no mesmo parágrafo lhes comunicar a fixação dos seus rendimentos, devendo as suas reclamações ser apresentadas, dentro desse prazo, na mesma estação, para efeito da sua remessa imediata à colónia respectiva.

7.º As reclamações serão resolvidas dentro de quinze dias a contar do termo do prazo a que se refere o número antecedente ou da chegada à colónia das reclamações referidas no § 2.º do mesmo número.

8.º As resoluções das reclamações serão logo comunicadas, por escrito e pelo correio, com aviso de recepção, aos interessados, para efeito do disposto no n.º 12.º, sendo aplicável aos funcionários ausentes o que ficou determinado nos §§ 1.º e 2.º do n.º 6.º

9.º Na mesma ocasião em que se fizerem as comunicações a que se refere o número antecedente as comissões organizarão relações nominais por ordem alfabética e do rendimento colectável individual fixado e enviarão:

a) As repartições processadoras dos respectivos vencimentos, as dos funcionários referidos na alínea a) do § 2.º do artigo 21.º do decreto n.º 30:117, para efeito dos necessários descontos nos termos legais;

b) As respectivas repartições e delegações de Fazenda, as dos contribuintes referidos na alínea b) do mesmo parágrafo, para efeito da extracção e débito ao receptor ou seu delegado dos necessários conhecimentos de cobrança.

10.º Efectuado o débito dos conhecimentos de cobrança referidos na alínea b) do número antecedente, o receptor ou seu delegado avisará pelo correio, individualmente, os contribuintes para pagarem no prazo de trinta dias, a partir da data do aviso, o imposto em que tiverem sido colectados.

11.º A falta de pagamento no prazo a que se refere o número anterior implica procedimento igual ao que, em iguais circunstâncias, é aplicado aos contribuintes da contribuição predial, inclusive a cobrança coerciva nos termos do regulamento das execuções fiscais em vigor.

12.º Das resoluções do tribunal do contencioso de 1.ª instância a que se refere o n.º 7.º haverá recurso, sem efeito suspensivo, por parte dos interessados, para um tribunal central, constituído:

a) Nas colónias de Angola e Moçambique pelo Procurador da República, que será o presidente, pelo presidente da Junta de Exportação e pelo director de Fazenda da província da sede da colónia;

b) Nas outras colónias pelo presidente do Tribunal Administrativo, que será o presidente, por um funcionário dos serviços de administração civil nomeado pelo governador da colónia e pelo sub-director de Fazenda ou quem suas vezes fizer.

§ 1.º São competentes para interpor recurso por parte da colónia, relativamente à fixação de qualquer dos rendimentos constantes das relações a que se refere o n.º 9.º, os respectivos secretários ou delegados de Fazenda. O secretário de Fazenda referido nas alíneas a) e b) do n.º 4.º deverá sempre recorrer quanto aos casos em que, na fixação do rendimento ou na resolução da

reclamação de qualquer contribuinte, tiver assinado vencido.

§ 2.º O prazo para a interposição destes recursos é de vinte dias a contar da data da assinatura do aviso de recepção a que se refere o n.º 8.º, sendo aplicável a este prazo, para os funcionários ausentes, o que ficou estabelecido nos §§ 1.º e 2.º do n.º 6.º

13.º Os governadores gerais e de colónia expedirão as instruções que forem necessárias à boa execução do disposto nesta portaria.

Para ser publicada nos «Boletins Officiais» de todas as colónias.

Ministério das Colónias, 8 de Dezembro de 1939. —
O Ministro das Colónias, *Francisco José Vieira Machado*.

Portaria n.º 9:400

Em harmonia com o disposto no artigo 98.º do decreto n.º 30:117, de 8 de Dezembro de 1939: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, que para a liquidação, lançamento e cobrança do imposto de rendimento da colónia de Moçambique se observe o seguinte:

1.º Para efeito do disposto no artigo 97.º e seus parágrafos do decreto n.º 30:117, de 8 de Dezembro de 1939, os contribuintes sujeitos ao imposto de rendimento deverão apresentar nas respectivas repartições e delegações de Fazenda, durante o mês de Janeiro de cada ano, a começar em 1940, uma declaração exacta dos vencimentos recebidos e do rendimento obtido no ano a que a colecta respeitar.

§ único. As declarações apresentadas serão enviadas no primeiro dia útil de Fevereiro por aquelas repartições e delegações à comissão competente das mencionadas no n.º 4.º

2.º A declaração a que se refere o artigo anterior, devidamente assinada pelo contribuinte ou seu representante, será sempre documentada com cópias autênticas, também assinadas por êle ou seu representante, das contas Inventário, Balanço, Ganhos e perdas e Despesas gerais do ano a que a colecta respeitar, além de quaisquer outros documentos que venham a ser exigidos pela comissão respectiva das referidas no n.º 4.º

3.º Na falta da declaração a que se referem os dois números antecedentes os rendimentos serão fixados pela comissão competente das indicadas no n.º 4.º

4.º As declarações serão apreciadas por uma comissão constituída em cada província pelo secretário de Fazenda da sede da província, que será o presidente, pelo chefe de delegação da Junta de Exportação e por um comerciante nomeado pelo governador geral.

5.º As comissões a que se refere o n.º 4.º, tomando em consideração as declarações e documentos mencionados nos n.ºs 1.º e 2.º e recorrendo a todas as informações que puderem obter e àquelas de que os seus membros tiveram pessoalmente conhecimento, fixarão, durante o mês de Fevereiro, o rendimento que julgarem dever ser colectado.

6.º Da fixação feita pelas comissões nos termos dos dois números antecedentes poderão os interessados, dentro do prazo de trinta dias, reclamar para a mesma comissão, que funcionará para êsse efeito como tribunal do contencioso de 1.ª instância.

§ único. Para efeito do disposto neste número a fixação dos rendimentos deve estar patente, durante o referido prazo, na repartição de Fazenda da sede da província, para consulta dos interessados.

7.º As reclamações serão resolvidas dentro de quinze dias a contar do termo do prazo a que se refere o artigo antecedente.

8.º As resoluções das reclamações serão logo comunicadas, por escrito e pelo correio, com aviso de recepção, aos interessados, para efeito do disposto no n.º 12.º

9.º Na mesma ocasião em que se fizerem as comunicações a que se refere o número antecedente as comissões organizarão relações nominais por ordem alfabética e do rendimento colectável individual fixado e enviá-las-ão às respectivas repartições e delegações de Fazenda, para efeito da extracção e débito ao receptor ou seu delegado dos necessários conhecimentos de cobrança.

10.º Efectuado o débito dos conhecimentos de cobrança referidos no número antecedente, o receptor ou seu delegado avisará pelo correio, individualmente, os contribuintes para pagarem no prazo de trinta dias, a partir da data do aviso, o imposto em que tiverem sido colectados.

11.º A falta de pagamento no prazo a que se refere o número anterior implica procedimento igual ao que, em iguais circunstâncias, é aplicado aos contribuintes da contribuição predial, inclusive a cobrança coerciva nos termos do regulamento das execuções fiscais em vigor.

12.º Das resoluções do tribunal do contencioso de 1.ª instância a que se refere o n.º 7.º haverá recurso, sem efeito suspensivo, por parte dos interessados, para um tribunal central, constituído pelo Procurador da República, que será o presidente, pelo presidente da Junta de Exportação e pelo director de Fazenda da província do Sul do Save.

§ 1.º São competentes para interpor recurso por parte da colónia, relativamente à fixação de qualquer dos rendimentos constantes da relação a que se refere o n.º 9.º, os respectivos secretários ou delegados de Fazenda. O secretário de Fazenda referido no n.º 4.º deverá sempre recorrer quanto aos casos em que, na fixação do rendimento ou na resolução da reclamação de qualquer contribuinte, tiver assinado vencido.

§ 2.º O prazo para a interposição destes recursos é de vinte dias a contar da data da assinatura do aviso de recepção a que se refere o n.º 8.º

13.º O governador geral expedirá as instruções que forem necessárias à boa execução do disposto nesta portaria.

Para ser publicada no «Boletim Oficial» da colónia de Moçambique.

Ministério das Colónias, 8 de Dezembro de 1939. —
O Ministro das Colónias, *Francisco José Vieira Machado*.